



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO BURICÁ

CARGO

A

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

26.8.2018

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME

C onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. A aquisição por determinado órgão público de um imóvel já em utilização por esse órgão, pelo valor de R\$ 570.000,00 e que será pago em 60 parcelas iguais, sob o aspecto orçamentário, no grupo de natureza da despesa, classifica-se de acordo com a alternativa:
A.() Investimentos
B.() Inversões Financeiras
C.() Despesas de Custeio
D.() Transferências Correntes
2. Com base na Lei 4.320/64, identifique a alternativa correta sobre o exercício financeiro.
A.() São pertencentes ao exercício financeiro as receitas nele previstas e as despesas nele fixadas.
B.() O exercício financeiro tem duração quadrimestral conforme disposto no art. 34.
C.() O empenho precede a realização da despesa, mas não restringe o limite de crédito orçamentário.
D.() Os empenhos lançados em conta de crédito com vigência plurianual e não liquidados só serão contabilizados como restos a pagar no último ano de vigência do crédito.
3. O Balanço Financeiro de determinado órgão público, ao final de um determinado exercício, apresentou os resultados descritos abaixo:

CONTAS	VALOR
Receitas Correntes	R\$ 247.500,00
Receitas de Capital	R\$ 202.500,00
Despesas Correntes	R\$ 157.500,00
Despesas de Capital	R\$ 101.250,00
Restos a Pagar Inscritos	R\$ 90.000,00
Restos a Pagar Pagos	R\$ 72.000,00
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 49.500,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita extraorçamentária demonstrada no Balanço Financeiro apresenta o valor de:

- A.() R\$ 191.250,00
B.() R\$ 90.000,00
C.() R\$ 72.000,00
D.() R\$ 49.500,00
4. Em 28 de dezembro de 2017, um determinado órgão público recebeu de um fornecedor os produtos de limpeza para uso interno, referentes à despesa empenhada em novembro de 2017. A verificação do material de limpeza recebido, com base nos documentos comprobatórios, é realizada no estágio da despesa descrita de forma correta na alternativa:
A.() De Fixação.
B.() De Liquidação.
C.() De Lançamento.
D.() De Ordem de Pagamento.



5. Com base na NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis, as afirmações abaixo fundamentam os conceitos do patrimônio público, com EXCEÇÃO da afirmação da alternativa:
- A.() Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados, o qual tem a probabilidade de resultar para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
 - B.() Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data do encerramento das demonstrações contábeis.
 - C.() Passivos são sacrifícios presentes da entidade, derivados de eventos passados, de cujos pagamentos se esperam que resultem, para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
 - D.() Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
6. Identifique a afirmativa correta sobre o Campo de atuação da contabilidade pública.
- A.() Abrange as entidades privadas que recebem recursos oriundos de contribuições parafiscais.
 - B.() Abrange as fundações e empresas públicas que utilizam recursos à conta do orçamento público.
 - C.() Visa precipuamente ao controle da aplicação dos recursos públicos provenientes do Tesouro.
 - D.() Não visa, diferentemente da contabilidade empresarial, ao controle do patrimônio público, mas sim ao controle dos recursos orçamentários disponíveis.
7. A implantação do Plano de Contas aplicado ao Setor Público – PCASP gerou a necessidade de observar algumas regras de estruturação quanto à natureza das informações contábeis. Com base nessa afirmativa, assinale a alternativa que NÃO corresponde à natureza das informações contábeis.
- A.() Natureza de Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão, cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
 - B.() Natureza de Informação Fiscal: permite a análise dos impostos federais, estaduais e municipais.
 - C.() Natureza de Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
 - D.() Natureza de Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
8. Na perspectiva do setor público, assinale a opção que indica a aplicabilidade do princípio do valor original.
- A.() Entre alternativas igualmente válidas, devem ser considerados os maiores valores para os ativos.
 - B.() Ao longo do tempo, o custo histórico se confunde com o valor original.
 - C.() O valor original dos componentes patrimoniais pode ser resultante de consensos de mensuração tanto com agentes internos como com agentes externos.
 - D.() O registro dos componentes patrimoniais não poderá ser efetuado com base nos valores de saída.



9. Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas, consideradas parte integrante das demonstrações contábeis. Sobre os critérios a serem seguidos pelas DCASP, em relação à estrutura das NOTAS EXPLICATIVAS, assinale a alternativa INCORRETA.
- A.() São uma mudança de método de avaliação e uma mudança na estimativa contábil e não uma mudança na política contábil; portanto, fica dispensada a evidenciação em notas explicativas.
 - B.() As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.
 - C.() São exemplos de informações gerais: natureza jurídica e domicílio da entidade, natureza das operações e principais atividades da entidade e declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.
 - D.() O resumo das políticas contábeis significativas é representado por: bases de mensuração utilizadas, por exemplo, custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; novas normas e políticas contábeis alteradas; e julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.
10. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, em relação à execução orçamentária e ao cumprimento de metas estabelecidas, é correto o que se afirma na alternativa:
- A.() Poderão ser objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, exceto as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - B.() Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, exceto se o ingresso ocorrer em exercício diverso.
 - C.() É possível de propor execução orçamentária sem metas fiscais na recomposição de dotações cujos empenhos foram limitados.
 - D.() Os poderes e o Ministério Público promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário.
11. Segundo o MCASP, considerando o elenco de contas do Plano de Contas aplicado ao setor público, os passivos contingentes são registrados em contas descritas corretamente na alternativa:
- A.() De controle.
 - B.() Financeiras.
 - C.() Orçamentárias.
 - D.() Patrimoniais.
12. Com base nas afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta.
- A.() A Lei nº 4.320/64 classifica a receita pública em duas categorias econômicas: prevista e executada.
 - B.() O superávit do orçamento corrente constitui item da classificação da receita orçamentária.
 - C.() Os dividendos são exemplos de receitas correntes.
 - D.() O recolhimento da receita pública é feito em estrita observância ao princípio da unidade financeira.



13. A execução orçamentária de uma entidade pública apresentou as seguintes informações em determinado exercício financeiro já encerrado:

Receita Orçamentária	
Prevista	R\$ 375,00
Lançada	R\$ 300,00
Executada/arrecadada	R\$ 262,50
Despesa Orçamentária	
Fixada	R\$ 375,00
Executada/empenhada	R\$ 337,50
Paga	R\$ 225,00

Nessa situação, o resultado do balanço orçamentário apurado ao final do referido exercício apresentou-se de acordo com a alternativa:

- A.() Deficitário em R\$ 75.
B.() Superavitário em R\$ 75.
C.() Deficitário em R\$ 37,50.
D.() Superavitário em R\$ 37,50.
14. Com Base no MCASP, em relação às variações patrimoniais, assinale a opção correta.
A.() Uma receita patrimonial não constitui uma variação patrimonial aumentativa.
B.() Quando o valor econômico de um ativo for extinto, ocorrerá uma variação patrimonial qualitativa.
C.() As transações em caráter compensatório devem ser consideradas como variações patrimoniais.
D.() Uma despesa orçamentária constitui uma variação patrimonial diminutiva.
15. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas e o sistema de controle interno de cada poder e do Ministério Público, fiscalizará o cumprimento das normas da Lei Complementar nº 101/2000. As afirmativas abaixo enfatizam o cumprimento das normas, EXCETO da alternativa:
A.() Operações de Crédito por antecipação de Receita Orçamentária serão permitidas no último ano de mandato de Prefeito Municipal.
B.() Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
C.() Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
D.() Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, previsto nesta lei.
16. A classificação orçamentária da despesa tem como referenciais normativos a Lei nº 4.320/1964. Com relação às despesas de capital, assinale a alternativa que não se classifica como Inversões Financeiras.
A.() Constituição de fundos rotativos.
B.() Concessão de empréstimos e aquisição de bens para revenda.
C.() Despesas com aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
D.() Despesas com o pagamento de juros, comissões e encargos da dívida pública interna e externa.

17. Considerando a Lei nº 4.320/1964, se uma Prefeitura Municipal empenhar R\$ 1.000,00 de despesa orçamentária e inscrever 40% desse valor em restos a pagar, na elaboração do balanço financeiro, ao final do exercício, os restos a pagar deverão corresponder à descrição da alternativa:
- A.() Ser incluídos no rol das receitas orçamentárias, para equilibrar o regime contábil.
 - B.() Ser deduzidos no rol das despesas orçamentárias, tendo em vista que não foram pagos no exercício.
 - C.() Ser computados no rol das receitas extraorçamentárias, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
 - D.() Ser considerados no rol das despesas extraorçamentárias, uma vez que a sua execução orçamentária já aconteceu.
18. Com base na contabilidade aplicada ao setor público, considere as seguintes afirmativas e, após, marque a alternativa correta:
- I. O aspecto qualitativo do Patrimônio Público não indaga o valor dos elementos patrimoniais, mas, sim, a sua qualidade funcional. Isto é, as formas e composições qualitativas que podem adquirir na instituição, procurando estabelecer a composição que melhor concorra para alcançar seus fins com a máxima economicidade e produtividade.
 - II. A contabilidade do setor público vem passando por profundas e significativas mudanças que devem ser analisadas e contextualizadas de forma histórica, considerando-se como primeiro marco histórico a edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado em 1960, seguido da edição da Lei nº 4320 em 1964.
 - III. Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
 - IV. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informações para fins de prestação de contas e responsabilização (*goodwill*) e tomada de decisão.
- A.() Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - B.() Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
 - C.() Todas as alternativas estão corretas.
 - D.() Todas as alternativas estão incorretas.
19. Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) é um sistema contábil que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do governo. Como característica do SIAFI, que contribui para a padronização de métodos e rotinas de trabalho, a centralização corresponde à descrição da alternativa:
- A.() Restringe a gestão dos recursos, pois os retira do controle do ordenador de despesa da unidade gestora.
 - B.() Restringe a gestão dos recursos, embora eles permaneçam sob o controle do ordenador de despesa da unidade gestora.
 - C.() Não restringe a gestão dos recursos, os quais permanecem sob o controle do ordenador de despesa da unidade gestora.
 - D.() Não restringe a gestão dos recursos, mas tira tais recursos do controle do ordenador de despesa da unidade gestora.
20. Com base na Lei nº 4320/1964, assinale a alternativa que identifica a demonstração contábil aplicada ao setor público que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e que indica o resultado patrimonial do exercício.
- A.() Balanço Financeiro
 - B.() Balanço Patrimonial
 - C.() Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - D.() Demonstração das Variações Patrimoniais



21. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, de acordo com o MCASP, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Considerando essa afirmativa, assinale a alternativa correta.
- A.() Ativos Imobilizados obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, valor esse definido pelo valor contábil da entidade doadora.
 - B.() Ativos de infraestrutura são ativos normalmente conservados por um número significativamente menor de anos do que a maioria dos bens de capital.
 - C.() Partes sobressalentes principais e equipamentos de espera se qualificam como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los durante mais de um período.
 - D.() Não é apropriado agregar ao imobilizado itens individualmente insignificantes, tais como livros de bibliotecas, periféricos de computadores e pequenos itens de equipamentos.
22. A Lei nº 4.320/64 dispõe que a Lei do Orçamento, que estatui normas para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, poderá conter autorização ao executivo para atender ao disposto de forma correta na alternativa:
- A.() Os Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
 - B.() Os Municípios podem assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para a execução depois do término do mandato do Prefeito.
 - C.() Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender à insuficiência de caixa.
 - D.() Incluir na receita, independentemente de autorização pelo Poder Legislativo, o produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis, de forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.
23. Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), o Plano de Contas aplicado ao Setor Público – PCASP apresenta uma estrutura básica, de acordo com a forma descrita corretamente na alternativa:
- A.() Controles Devedores: Execução dos Atos Potenciais; Execução da Administração Financeira; Execução da Dívida Ativa; Execução dos Riscos Fiscais; Execução dos Consórcios Públicos; Apuração de Custos; e Outros Controles.
 - B.() Controles Credores: Atos Potenciais; Administração Financeira; Dívida Ativa; Riscos Fiscais; Consórcios Públicos; Custos; e Outros Controles.
 - C.() Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento: Planejamento Aprovado; Orçamento Aprovado; e Inscrição de Restos a Pagar.
 - D.() Controles Externos: Exercidos pela entidade ou órgão que é o responsável pela atividade controlada, no âmbito de sua própria estrutura.
24. Nos termos da Lei Complementar 101/2000, o anexo de metas fiscais deverá integrar o item descrito de forma correta na alternativa:
- A.() A Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo metas de resultados primário e nominal para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
 - B.() A Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo metas de resultados primário e nominal somente para o exercício a que se referir.
 - C.() O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecendo em valores correntes e constantes a meta para o montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.
 - D.() O Plano Plurianual (PPA) disposto pela Constituição Federal, estabelecendo as metas anuais em valores correntes e constantes relativas às receitas, despesas, resultado nominal e primário e o montante da dívida pública.



25. Nos termos da Lei Complementar 101/2000, na esfera municipal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida em:
- A.() 49% para o Executivo e 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.
 - B.() 50% para o Executivo e 4% para a Administração Indireta.
 - C.() 65%, incluindo o Executivo e a Câmara Municipal.
 - D.() 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

Legislação

26. Considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa incorreta, tendo como base o artigo 11 da Lei Orgânica do município de Boa Vista do Buricá.
- A.() Ao município cabe o direito de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica ou de outros recursos minerais existentes em seu território.
 - B.() A aquisição e venda de bens imóveis por parte do município dependerá da prévia autorização da Câmara de Vereadores.
 - C.() As doações com encargo ao município não dependerão de prévia autorização da Câmara de Vereadores.
 - D.() É vedada a doação ou venda de qualquer fração dos parques, praças, jardins e largos públicos.
27. Com base no artigo 17 da Lei Orgânica do município de Boa Vista do Buricá, compete privativamente ao município, no exercício de sua autonomia, as seguintes atribuições, exceto:
- A.() Estabelecer o planejamento de desenvolvimento municipal, com a cooperação das associações representativas.
 - B.() Regulamentar e fiscalizar a instalação e funcionamento de elevadores.
 - C.() Preservar as matas, a fauna, a flora, os rios, as vertentes, as sangas, os lagos, os açudes e os costões.
 - D.() Estabelecer normas de edificações e demais diretrizes urbanísticas, convenientes à ordenação de seu território.
28. Assinale a alternativa incorreta.
- A Lei Orgânica de Boa Vista do Buricá prevê que perderá o mandato o vereador que:
- A.() Fixar residência ou domicílio eleitoral fora do município.
 - B.() Sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
 - C.() Estiver licenciado pela Câmara por motivo de doença.
 - D.() Deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica do município de Boa Vista do Buricá.



29. Sobre o repouso semanal do servidor municipal de Boa Vista do Buricá, previsto no Regime Jurídico dos Servidores, assinale a alternativa incorreta.
- A.() O servidor terá direito a repouso remunerado, em um dia de cada semana, obrigatoriamente aos domingos.
 - B.() Perderá a remuneração do repouso o servidor que tiver faltado, sem motivo justificado, ao serviço durante a semana, mesmo que em apenas um turno.
 - C.() A remuneração do dia de repouso corresponderá a um dia normal de trabalho.
 - D.() Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do servidor mensalista ou quinzenalista, cujo vencimento remunere trinta ou quinze dias, respectivamente.
30. Sobre o horário e ponto do servidor municipal (art.53 e seguintes do Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Boa Vista do Buricá), considere as afirmações abaixo:
- I. O horário normal de trabalho de cada cargo ou função é o estabelecido na legislação específica, não podendo ser superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro horas semanais.
 - II. Mediante acordo escrito, poderá ser instituído o sistema de compensação de horário, hipótese em que a jornada diária poderá ser superior a oito horas, sendo tal excesso compensado em outro dia.
 - III. A frequência do servidor será controlada pelo ponto ou outra forma de regulamento aos servidores não sujeitos ao ponto.
- Está (estão) correta(s):
- A.() Somente a afirmação I.
 - B.() Somente as afirmações I e II.
 - C.() Somente a afirmação III.
 - D.() As afirmações I, II e III.